



RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO FISCAL DO IMPAS

Exercícios de 2023 a 2026

O Conselho Fiscal do Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social de Santa Luzia – IMPAS exerce função de acompanhamento, fiscalização e controle da gestão administrativa, orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e previdenciária do Instituto, constituindo importante instância da estrutura de governança do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS municipal.

A análise das atas disponibilizadas referentes ao período de **2023 a 2026** evidencia atuação continuada do colegiado no exame das contas do Instituto, da execução orçamentária, dos investimentos, das obrigações previdenciárias e de questões administrativas com repercussão sobre o patrimônio e a sustentabilidade do RPPS.

Os registros demonstram, ainda, progressivo aprofundamento da atuação fiscalizatória, com formulação de questionamentos técnicos, acompanhamento de providências, solicitação de informações e interação com a Presidência do Instituto, Contabilidade, assessorias especializadas, Comitê de Investimentos e demais instâncias relacionadas à gestão previdenciária.

1. Atuação no exercício de 2023

No exercício de 2023, as atas analisadas demonstram que o Conselho Fiscal acompanhou matérias relacionadas à **execução orçamentária, prestação de contas, balancetes, empenhos e gestão dos investimentos**, além de questões administrativas e previdenciárias relevantes.

Na reunião de **4 de setembro de 2023**, o Conselho examinou balancetes e relatórios de prestação de contas e teve acesso ao Relatório de Auditoria Operacional – Análise da Execução Orçamentária referente aos meses de março, abril e maio de 2023. Também foram discutidos o Regimento do Comitê de Investimentos, contrato destinado à administração dos denominados investimentos vulneráveis do IMPAS, orçamento para 2024 e questões relacionadas a aposentadorias e pensões. Após a discussão desses temas, foram analisados balancetes e empenhos dos meses de março, abril e maio de 2023.

Em **6 de novembro de 2023**, o Conselho voltou a examinar balancetes, relatórios de prestação de contas e empenhos, desta vez relativos aos meses de agosto, setembro e outubro. A reunião também tratou da posse e certificação dos novos conselheiros, da situação do Fundo Osasco e de demandas administrativas de servidores com possíveis reflexos previdenciários e financeiros para o Instituto.

As atas disponíveis de 2023 demonstram, portanto, que a atuação do Conselho já abrangia simultaneamente o **controle das contas correntes do Instituto e o acompanhamento de**

de. [assinatura]
2023/11/06



riscos patrimoniais e previdenciários, especialmente aqueles associados aos investimentos e às obrigações do RPPS.

2. Atuação no exercício de 2024

No exercício de 2024 observa-se intensificação e maior sistematização das atividades de controle.

Na reunião de **26 de fevereiro de 2024**, o Conselho analisou relatórios, balancetes e documentação referente aos meses de novembro e dezembro de 2023, além do Relatório de Auditoria Operacional da Execução Orçamentária relativo ao período de junho a dezembro de 2023. Os apontamentos constantes do relatório foram examinados juntamente com a Contabilidade e a Administração, com discussão de providências destinadas a evitar a repetição das ocorrências identificadas.

Em **1º de abril de 2024**, o Conselho promoveu análise específica dos denominados “**fundos problemáticos**” integrantes da carteira do Instituto. Com apoio da consultoria de investimentos, foram examinadas informações relacionadas aos fundos **TMJ, PIXIS, Tower, WNG e Osasco**, além dos desdobramentos relacionados ao fundo **REAG**, negociado ao final de 2023. A ata registra que essa negociação representou retorno aproximado de **RS 6,3 milhões aos ativos do IMPAS**. A reunião também contemplou questões administrativas e análise contábil referente a fevereiro de 2024.

Na reunião de **5 de junho de 2024**, foram examinados documentos contábeis, notas de empenho, balancetes de receita, conciliação bancária e razão de bancos referentes aos meses de fevereiro, março e abril. Também foram apresentadas informações sobre licitações, certificação dos membros dos Conselhos, plano de cargos e salários e outros assuntos administrativos.

Em **5 de agosto de 2024**, o Conselho analisou documentação contábil relativa a maio e junho e o relatório de auditoria contábil do primeiro trimestre de 2024. Os conselheiros registraram apontamentos e os encaminharam à Contabilidade para orientações e ajustes nos períodos subsequentes. A reunião também acompanhou as providências relacionadas aos fundos considerados problemáticos e às possibilidades de resgate dos respectivos ativos.

Em outubro de 2024 ocorreu a posse do Conselho para o biênio **2024–2026**, com eleição de sua Presidência e Secretaria. A mesma reunião abordou documentação destinada ao CADPREV, questões relacionadas ao certame atuarial e providências administrativas. Para a análise das contas de julho e agosto, os conselheiros solicitaram que os relatórios de auditoria fossem disponibilizados previamente e requisitaram nova reunião específica para exame da documentação.

Na reunião de **4 de novembro de 2024**, o Conselho analisou relatório de auditoria acompanhado da documentação referente aos meses de abril a agosto de 2024. Foram examinados os apontamentos realizados pela consultoria contábil, registrando-se divergências de entendimento entre contabilidade interna e externa quanto à forma de

de *[assinatura]* 2
[assinatura]
2024/11/04



determinados registros e a necessidade de aprofundamento técnico na reunião seguinte. Também foram prestadas informações sobre cessão de servidores, certame atuarial e Política de Investimentos.

Encerrando o exercício, em **9 de dezembro de 2024**, foram analisados relatório de auditoria operacional, documentação contábil de setembro e outubro e execução orçamentária desses meses. A reunião contemplou ainda a situação patrimonial do IMPAS, critérios de seleção de ativos, Política de Investimentos para 2025 e outros assuntos administrativos.

O conjunto das atas de 2024 demonstra, assim, um Conselho atuando não apenas na conferência periódica das contas, mas também no **acompanhamento de riscos, investimentos, auditorias, providências corretivas e qualidade dos controles contábeis**.

3. Atuação no exercício de 2025

Em 2025, a documentação evidencia continuidade do controle contábil e orçamentário, acompanhada de maior atenção às questões relacionadas ao **financiamento, equilíbrio atuarial e obrigações previdenciárias do RPPS**.

Na reunião extraordinária de **24 de fevereiro de 2025**, o Conselho analisou o Relatório de Auditoria Operacional, a execução orçamentária, empenhos e balancetes, além das alocações realizadas no âmbito da Política de Investimentos durante 2024. Foram examinados o desempenho patrimonial, a relação risco-retorno dos investimentos, a aderência à meta atuarial e a atuação do Comitê de Investimentos.

Em **9 de abril de 2025**, foram analisados o Relatório de Auditoria Operacional e a execução orçamentária referente aos meses de janeiro e fevereiro. A reunião também abordou os repasses previdenciários em atraso relativos a dezembro de 2024, incluindo **contribuição patronal e aporte atuarial**, bem como as providências destinadas ao seu parcelamento, então em discussão para encaminhamento legislativo.

Na reunião de **2 de junho de 2025**, o Conselho examinou relatório de auditoria operacional, execução orçamentária, empenhos e balancetes relativos aos meses de março e abril. Foram ainda discutidas questões relacionadas ao estudo atuarial, benefícios previdenciários e procedimentos administrativos adotados para apuração e eventual correção de situações identificadas. A documentação contábil examinada foi aprovada pelo Conselho Fiscal.

Em **4 de agosto de 2025**, o Conselho analisou relatório atuarial, relatório de auditoria operacional, empenhos e balancetes referentes a maio e junho. A ata registra discussões sobre diferenças identificadas em balancete e conciliação bancária, parcelamento de débitos relativos a dezembro de 2024, contribuição patronal, questões relacionadas a Certidões de Tempo de Contribuição – CTC, Plano de Carreiras, processos licitatórios e auditoria do TCE/MG.

[Assinaturas manuscritas]
3



A reunião de **6 de outubro de 2025** apresenta relevante exemplo do caráter analítico da fiscalização. Ao examinar os balancetes de receita de junho e julho, o Conselho questionou a diferença entre as receitas de investimentos contabilizadas nos dois períodos: aproximadamente **R\$ 434,5 mil em junho e R\$ 15,09 milhões em julho de 2025**. A assessoria contábil prestou esclarecimentos sobre os procedimentos de contabilização adotados.

Na mesma reunião, o Conselho questionou a previsão de **R\$ 150 mil no orçamento de 2026 para pagamento de processos judiciais e administrativos**, confrontando-a com informação extraída do sistema de precatórios do TJMG. Foram também discutidos os aportes utilizados para custeio das despesas do Instituto e sua repercussão sobre o equilíbrio da proposta orçamentária.

As atas de 2025 evidenciam, portanto, ampliação do campo de acompanhamento, conjugando **controle contábil, execução orçamentária, investimentos, avaliação atuarial, contribuições previdenciárias, parcelamentos e planejamento orçamentário**.

4. Atuação no exercício de 2026

A documentação disponibilizada de 2026 demonstra não apenas a continuidade, mas o aprofundamento do modelo de fiscalização desenvolvido nos exercícios anteriores, com ampliação do acompanhamento para temas de governança, prestação de contas institucional, investimentos, processos eleitorais, gestão administrativa e questões previdenciárias de maior complexidade.

Na reunião de **13 de fevereiro de 2026**, registrada na Ata nº 30/2026, o Conselho reuniu-se para análise e aprovação de contas, apreciando o Relatório de Auditoria Operacional – Análise da Execução Orçamentária referente aos meses de novembro e dezembro de 2025. Foram conferidos balancetes de receitas e despesas, notas de empenho, conciliação bancária, extratos e demais documentos relacionados à realidade patrimonial do Instituto.

Na Ata nº 31/2026, referente à reunião de **6 de abril de 2026**, o Conselho examinou a execução orçamentária dos meses de janeiro e fevereiro de 2026, mediante conferência de balancetes de receitas e despesas, notas de empenho, conciliação bancária e extratos. Também apreciou e aprovou o Relatório do Comitê de Investimentos relativo ao exercício de 2025, com participação de consultoria especializada, além de discutir matérias relacionadas à concessão de benefícios, ao processo eleitoral dos Conselhos e da Presidência do IMPAS e à tramitação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários do Instituto.

A reunião extraordinária de **8 de maio de 2026**, registrada na Ata nº 32/2026, foi especificamente destinada à elaboração do parecer técnico de prestação de contas ao Executivo Municipal. O Conselho deliberou pela utilização do relatório do Controle Interno como paradigma para seu relatório, formulou questionamentos e dúvidas, promoveu os ajustes considerados necessários e aprovou o documento para encaminhamento ao Chefe do Poder Executivo, em cumprimento à obrigação legal.

de Rm
SRENULO
4



Na reunião de **1º de junho de 2026**, Ata nº 33/2026, o Conselho voltou a analisar e aprovar contas, apreciando o Relatório de Auditoria Operacional e a execução orçamentária de março e abril de 2026, com conferência de balancetes, notas de empenho, conciliação bancária e extratos, sem observações registradas na ata. Deliberou-se, ainda, pela apresentação do relatório anual do Conselho Fiscal ao Executivo Municipal. A reunião tratou de processos administrativos, contratação de serviços, credenciamento de médicos e preparação do processo eleitoral do IMPAS. No campo dos investimentos, foi discutida a renúncia da administradora do WNG Fundo de Investimento em Cotas de Multimercado Crédito Privado e suas possíveis consequências, inclusive eventual liquidação, bem como a orientação do TCE/MG quanto ao tratamento dos ativos de fundos problemáticos.

Na reunião de **10 de agosto de 2026**, Ata nº 34/2026, o Conselho acompanhou a migração da folha de pagamento dos segurados do IMPAS para o Banco Itaú e registrou a existência de valor financeiro decorrente da folha ainda não repassado pelo Município ao Instituto, com indicação de cobrança ao Executivo e comunicação aos órgãos externos de controle. Também foram discutidos o processo eleitoral de 2026, a situação funcional de servidores cedidos, processos administrativos relativos a consignados e assessoria jurídica e providências relacionadas às Certidões de Tempo de Contribuição – CTC do INSS referentes ao período de 1992 a 1999.

A Ata nº 34/2026 registra, ainda, acompanhamento específico dos fundos problemáticos REAG, WNG e Osasco Properties, inclusive em razão de solicitação de informações pelo Ministério Público acerca dos valores investidos, agentes públicos e pareceristas envolvidos, cadeia de comando e deliberação e respectivos atos do Comitê de Investimentos e da Presidência. No caso do Osasco Properties, foram discutidas a convocação de assembleia geral, a contratação de laudo de avaliação econômico-financeira e a proposta de aporte de recursos pelos cotistas. Consta, igualmente, que o Comitê de Investimentos havia deliberado pela não realização de novos aportes nos fundos problemáticos do IMPAS.

Na mesma reunião, o Conselho analisou o Relatório de Auditoria Operacional e a documentação contábil referente aos meses de abril e maio de 2026 e iniciou a discussão do Orçamento Financeiro para 2027, com participação da assessoria contábil, oportunidade em que os conselheiros formularam sugestões e alterações e registraram preocupação com a compatibilização entre as dimensões financeira e atuarial do RPPS.

Em conjunto, as Atas nº 30 a 34/2026 evidenciam a manutenção da rotina de exame periódico das contas e, simultaneamente, o fortalecimento da atuação do Conselho em temas estratégicos, com destaque para prestação de contas institucional, fiscalização dos investimentos, acompanhamento de providências perante órgãos externos, sustentabilidade previdenciária e planejamento orçamentário.

Handwritten signature and date:
5
2026/08/10



PRINCIPAIS RESULTADOS DA ATUAÇÃO DO CONSELHO FISCAL NO PERÍODO 2023-2026

A análise conjunta das atas disponibilizadas permite identificar resultados institucionais relevantes decorrentes da atuação do Conselho Fiscal.

1. Consolidação de uma rotina permanente de fiscalização

O período demonstra a consolidação de uma sistemática de acompanhamento periódico da gestão do IMPAS, mediante exame de **balancetes, empenhos, conciliações bancárias, extratos, relatórios de auditoria, execução orçamentária e demais documentos contábeis e financeiros**.

A continuidade dessa rotina entre 2023 e 2026 permitiu ao Conselho acompanhar diferentes exercícios financeiros e verificar a evolução das questões anteriormente identificadas.

2. Fortalecimento do acompanhamento dos investimentos

A gestão dos ativos previdenciários constituiu um dos principais eixos de acompanhamento. Além da Política de Investimentos e da atuação do Comitê de Investimentos, o Conselho dedicou atenção específica aos ativos considerados problemáticos, com destaque para **TMJ, PIXIS, Tower, WNG, Osasco e REAG**. Em 2024, a análise foi realizada com participação da consultoria especializada e incluiu informações sobre características, riscos e possibilidades de recuperação dos investimentos.

As reuniões posteriores demonstram continuidade do acompanhamento das possibilidades de resgate e das providências relacionadas a esses ativos.

3. Aperfeiçoamento do controle contábil e da qualidade das informações

As atas registram situações em que o Conselho não se limitou a receber documentos, mas realizou **questionamentos, apontamentos e solicitações de esclarecimentos**.

Em agosto de 2024, por exemplo, apontamentos efetuados pelos conselheiros no relatório de auditoria contábil foram encaminhados à Contabilidade para orientações e ajustes nos períodos subsequentes.

Em novembro, divergências entre contabilidade interna e externa quanto à forma de determinados registros foram discutidas e houve indicação da necessidade de aprofundamento técnico.

Em outubro de 2025, o Conselho questionou expressiva variação das receitas de investimentos contabilizadas entre junho e julho, obtendo esclarecimentos sobre a metodologia utilizada.

de *[assinatura]* 6 *[assinatura]*
SRFNUB



4. Acompanhamento das obrigações previdenciárias e do equilíbrio do RPPS

Outro resultado relevante foi a ampliação da fiscalização para questões diretamente relacionadas ao **financiamento e à sustentabilidade previdenciária**.

As atas de 2025 registram acompanhamento dos repasses previdenciários em atraso, contribuição patronal, aporte atuarial e providências relacionadas ao parcelamento de valores devidos, além da análise de estudos e relatórios atuariais.

Essa atuação demonstra que o controle desenvolvido pelo Conselho passou a considerar não apenas a regularidade formal das despesas e receitas correntes, mas também questões com potencial repercussão sobre o equilíbrio financeiro e atuarial do regime.

5. Acompanhamento de providências e correções

As atas revelam a existência de mecanismo de **acompanhamento posterior das questões identificadas**.

Foram registrados encaminhamentos de apontamentos à Contabilidade, pedidos de esclarecimentos, solicitação de disponibilização prévia de relatórios de auditoria, realização de novas reuniões para aprofundamento das análises e acompanhamento das providências relacionadas aos investimentos e obrigações previdenciárias.

Esse procedimento contribui para que a atividade fiscalizatória não se encerre na simples identificação de uma ocorrência, possibilitando verificar seus desdobramentos nos períodos posteriores.

6. Integração com as demais instâncias de governança

O período também demonstra interação recorrente do Conselho Fiscal com a **Presidência do IMPAS, Contabilidade, assessorias contábil e de investimentos, Comitê de Investimentos e Administração Municipal**, além do acompanhamento de matérias relacionadas a órgãos externos de fiscalização e controle.

Essa integração permitiu ao Conselho obter informações técnicas especializadas e confrontá-las com a documentação submetida à fiscalização.

7. Fortalecimento da governança, transparência e prestação de contas

Em perspectiva institucional, o principal resultado observado entre 2023 e 2026 consiste na consolidação do Conselho Fiscal como **instância ativa de controle da gestão previdenciária**.

As atas analisadas demonstram que sua atuação compreendeu, de forma recorrente:

- análise da execução orçamentária e financeira;
- exame de balancetes, empenhos, conciliações bancárias e demais documentos contábeis;

Handwritten signatures and initials:
Jc, DM, 7, DRFNUB



- apreciação de relatórios de auditoria;
- acompanhamento da carteira e da Política de Investimentos;
- fiscalização de ativos considerados problemáticos;
- formulação de questionamentos e apontamentos técnicos;
- acompanhamento das contribuições patronais, aportes e parcelamentos;
- análise de questões atuariais e previdenciárias;
- solicitação de informações e acompanhamento de providências; e
- interação com as demais estruturas responsáveis pela governança do RPPS.

8. Institucionalização da prestação de contas do Conselho Fiscal

Em 2026, a atuação do colegiado passou a contemplar de forma expressa a elaboração de parecer técnico e relatório anual de prestação de contas ao Poder Executivo. A reunião extraordinária de 8 de maio foi destinada especificamente a essa finalidade, com utilização do relatório do Controle Interno como referência, formulação de questionamentos, ajustes e aprovação do documento. Esse procedimento reforça a transparência e a responsabilização institucional do próprio órgão de controle.

9. Ampliação do acompanhamento de questões estratégicas e previdenciárias

As atas de 2026 evidenciam ampliação da fiscalização para matérias que ultrapassam a conferência contábil periódica, alcançando migração da folha de pagamento, valores a repassar ao Instituto, Certidões de Tempo de Contribuição do INSS, estrutura de pessoal, processos administrativos, credenciamento de serviços e processo eleitoral. Essa atuação demonstra maior integração entre o controle financeiro, a governança administrativa e a proteção dos interesses previdenciários dos segurados.

10. Intensificação do controle sobre fundos problemáticos e riscos patrimoniais

O acompanhamento dos ativos de maior risco permaneceu como eixo relevante. Em 2026, o Conselho examinou fatos relacionados aos fundos WNG, REAG e Osasco Properties, acompanhou pedidos de informações formulados pelo Ministério Público, discutiu eventual liquidação, contratação de avaliação econômico-financeira e propostas de aportes e registrou a decisão de não realizar novos aportes nos fundos problemáticos. A continuidade desse acompanhamento reforça o caráter preventivo e prudencial da fiscalização sobre o patrimônio previdenciário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A documentação examinada demonstra evolução qualitativa e ampliação material da atuação do Conselho Fiscal do IMPAS entre 2023 e 2026, com progressiva consolidação de rotinas de controle e maior participação em temas estratégicos da gestão previdenciária.

Partindo de uma atuação já direcionada ao exame periódico de balancetes, empenhos, prestação de contas e execução orçamentária, verifica-se progressivo aprofundamento das

8
de. Bm
8



análises, especialmente nos campos dos investimentos, auditoria contábil, riscos patrimoniais, financiamento previdenciário, equilíbrio atuarial e governança administrativa.

Destaca-se, ainda, a postura de acompanhamento adotada pelo colegiado diante das questões identificadas, mediante questionamentos técnicos, solicitações de esclarecimentos, encaminhamento de apontamentos, requisição de documentação e verificação posterior das providências adotadas.

Assim, no conjunto das atas disponibilizadas, a atuação do Conselho Fiscal no período de **2023 a 2026** evidencia contribuição concreta para o fortalecimento dos mecanismos de **controle, transparência, prestação de contas e governança do IMPAS**, bem como para o acompanhamento da adequada administração dos recursos destinados à proteção previdenciária dos servidores municipais e seus beneficiários.

A continuidade e o aperfeiçoamento dessa atuação constituem elementos relevantes para a preservação do patrimônio previdenciário, para a qualidade das informações utilizadas na tomada de decisão e para o fortalecimento institucional do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Santa Luzia.










